

Entidade propõe fim gradual da escala 6x1 e início por setores menos impactados

Centro de Liderança Pública defende que transição minimizaria risco de efeitos econômicos negativos

/ TRABALHO

O Centro de Liderança Pública (CLP) defende que a extinção da jornada 6x1 no Brasil seja implementada de maneira escalonada, começando pelos segmentos econômicos que sofreriam menor impacto e avançando à medida em que houver evidências de resultados positivos, para os mais expostos.

Em nota técnica, a entidade menciona que há amplo apoio social à redução da jornada semanal, vista como forma de ampliar lazer e descanso, mas alerta que manter o salário mensal intacto enquanto se corta um dia de trabalho eleva automaticamente o custo do trabalho por hora.

O CLP cita como exemplo a experiência de Portugal, que reduziu a carga semanal de 44 para 40 horas sem cortar salários. O movimento elevou o salário-hora em 9,2%, provocou recuo de 1,7% no emprego e queda de 3,2% nas vendas, apesar de ganhos de produtividade de 7,9% por hora.

O relatório argumenta que grandes empresas, com mais caixa e acesso a tecnologia, tendem a absorver melhor o choque, enquanto pequenas e médias podem pressionar preços ou

migrar para a informalidade se forem obrigadas a adotar a nova regra de forma brusca.

A proposta do CLP é organizar um cronograma em etapas para a redução da jornada. Setores com maior capacidade de adaptação - como serviços de alta produtividade ou indústrias habituadas a turnos flexíveis - fariam a transição primeiro. Indicadores de emprego, salários e produtividade seriam monitorados em tempo real e serviriam de base para ajustes regulatórios. Somente depois o modelo se estenderia a ramos mais sensíveis, como varejo tradicional e pequenas manufaturas.

“A grande vantagem de uma transição gradual é dupla: (i) minimiza risco de efeitos econômicos negativos concentrados; e (ii) cria um desenho que permite avaliação causal (comparar quem já entrou na regra com quem ainda não entrou). Para isso, a proposta tem uma dimensão simples, transparente e mensurável: exposição setorial”, afirma a nota técnica.

Sob a proposta do CLP, os segmentos com mais de 80% da folha em regime de 44 horas semanais seriam afetados apenas na última fase de implementação - que ocorreria dentro entre 3 a 5 anos da aprovação da



Proposta é organizar cronograma em etapas para redução da jornada

medida. Estão neste grupo principalmente indústrias - como as de couros, calçados, móveis, bebidas, produtos têxteis, máquinas e alimentos -, a construção, o comércio e os serviços como hotelaria, correio, vigilância, entre outros.

Para evitar uma soma de choques, o CLP sugere que o governo mantenha instrumentos de compensação. Entre eles está a possibilidade de congelar o salário-mínimo em termos reais por dois anos, limitando reajustes à inflação durante a transição, o que reduziria a sobreposição de aumentos de custo.

A entidade enfatiza que o maior risco é vender a mudança como neutra em termos econômicos. Ao tratá-la como um choque deliberado, o relatório propõe acompanhar ganhos de produtividade e incentivos fiscais com base em dados objetivos, gerados justamente pela implementação setorial. Dessa forma, argumenta o CLP, o País conseguiria avançar rumo ao fim da escala 6x1 sem sacrificar vagas formais nem empurrar empresas para a informalidade, equilibrando bem-estar do trabalhador e sustentabilidade das firmas.

/ TRIBUTOS Fonte: www.informanet.com.br

IMPOSTOS FEDERAIS E ESTADUAIS

27/02	Cofins	Retenção - Aquisição de autopeças, de fato gerador de 1ª quinzena mês atual (15/02/2026)
27/02	IRRF	Ganhos de capital na alienação de bens e direitos, de fato gerador de Mês Anterior (31/01/2026)
27/02	IRPJ	Optantes pelo Lucro Real - Estimativa Mensal, de fato gerador de Mês Anterior (31/01/2026)
27/02	IOF	Contrato de Derivativos, de fato gerador de Mês Anterior (31/01/2026)
27/02	IRRF	Recolhimento mensal (Carnê Leão), de fato gerador de Mês Anterior (31/01/2026)
27/02	IRRF	Ganhos líquidos em operações em bolsa, de fato gerador de Mês Anterior (31/01/2026)

O jornal de economia e negócios do RS

Fundado por J.C. Jantos - 1933

Jornal do Comércio

Filiado **ANJ** ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS www.anj.org.br

www.jornaldocomercio.com

Departamento de Circulação
circulacao@jornaldocomercio.com.br

Atendimento ao Assinante
Telefone (51) 3213.1300
De 2ª a 6ª das 8h às 18h
atendimento@jornaldocomercio.com.br

Vendas de Assinaturas
Telefone/Whatsapp: (51) 3213.1397
vendas.assinaturas@jornaldocomercio.com.br

Exemplar avulso: R\$ 6,50

Whatsapp:

Assinaturas

Mensal	R\$	109,90
Trimestral à vista	R\$	269,73
1+2	R\$	99,90
Total Parcelado	R\$	299,70
Semestral à vista	R\$	528,66
1+5	R\$	97,90
Total Parcelado	R\$	587,40
Anual à vista	R\$	997,92
1+11	R\$	92,40
Total Parcelado	R\$	1.108,80

Desconto de 10% para pagamento à vista

Formas de Pagamento:
Cartões de Crédito (VISA, MASTER, ELO, AMERICAN e DINERS)
Débito em Conta: BB, Bradesco, Banrisul, CEF, Santander, Sicredi e Itaú e Pix
Boleto Bancário.
Consulte nossos planos promocionais em: www.jornaldocomercio.com/assine

Departamento Comercial

Atendimento às agências e anunciantes
Telefone (51) 3213.1333
agencias@jornaldocomercio.com.br

Operações comerciais
Tel: (51) 3213.1355
anuncios@jornaldocomercio.com.br

Publicidade legal
Tel: (51) 3213.1331 / 3213.1338
comercial@jornaldocomercio.com.br

Redação
Telefones e e-mails
(51) 3213.1362

Editoria de Economia
(51) 3213.1369
economia@jornaldocomercio.com.br

Editoria de Geral
(51) 3213.1372
geral@jornaldocomercio.com.br

Editoria de Política
(51) 3213.1374
politica@jornaldocomercio.com.br

Editoria de Cultura
(51) 3213.1376
cultura@jornaldocomercio.com.br

Administrativo e Financeiro
Telefone (51) 3213.1381
financeiro@jornaldocomercio.com.br
rh@jornaldocomercio.com.br
suprimentos@jornaldocomercio.com.br

Henderson Comunicação
Brasília - DF
QI 23. LOTE 09 BLOCO A 604 GUARÁ II
71060-636
Telefone (61) 3322.4634 e (61) 3322.8989
marciaglobal@terra.com.br

@espacoconte
(51) 3373.5509
www.espacoconte.com.br